

SISTEMA FAEP



BOLETIM

informativo

Ano | n° | 23 a 29 de março de
XXIV | 1044 | 2009

Tiragem desta edição 24.000 exemplares



Maringá e Cascavel abrem debates sobre alterações no Código Florestal

Pág. 2



Aproximadamente 10 mil produtores rurais participaram do seminário de meio ambiente em Cascavel

CÓDIGO FLORESTAL

Maringá e Cascavel abrem seminários que propõem mudanças na legislação ambiental

Preservar o meio ambiente é responsabilidade de toda a sociedade. Esta é uma opinião unânime entre os produtores rurais e lideranças da agropecuária que participaram no dia 20, em Maringá e Cascavel, da reunião em que foram apresentadas as propostas de alteração do Código Florestal Brasileiro.

Na abertura do encontro em Maringá, que reuniu cerca de 1.500 participantes, o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, ressaltou algumas distorções da legislação ambiental que, em alguns casos, estão inviabilizando setores da economia. Reforçado pelo discurso do presidente do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Vitor Hugo Burko, Meneguette destacou o momento como oportuno para se propor emendas na legislação vigente e até a aprovação de um novo Código Florestal.

Em Cascavel, sob um “mar dos bonés verdes” de quase dez mil produtores rurais do oeste, a FAEP



e o IAP relataram as questões ambientais e os problemas do código florestal.

A grande reunião foi realizada no Centro de Convenções de Cascavel,

com a participação do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, onde o presidente Ágide Meneguette, ao afirmar que “o produtor rural não é bandido, e portanto não me-

Em Cascavel perto de 10 mil produtores participaram do seminário



O presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, abre em Maringá seminário de meio ambiente



Vitor Hugo Burko, presidente do IAP

rece que a polícia entre na sua propriedade e o leve algemado e no camburão”, foi aplaudido de pé. O presidente do IAP, Vitor Hugo Burko, disse “que o IAP é parceiro e está de

“O que precisamos, na verdade, não é a prorrogação do prazo do Decreto. Mas sim, que a lei permita que as matas ciliares sejam também contadas dentro da reserva legal”

Ágide Meneguette

portas abertas para construir com vocês um boa política ambiental.”

Exigências

Segundo Ágide Meneguette, o governo federal está se conscientizando da impraticabilidade das exigências no Código. “O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, com argumentos científicos, tem defendido mudanças na legislação”, afirmou. Meneguette lembrou que o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, também percebeu que é necessário mudar o Código. “Recentemente, estive com o presidente da República, em audiência que ele concedeu à nova diretoria da CNA. E ele se mostrava indignado com os abusos na fiscalização de propriedades, com prisão e multas para velhos produtores em fazendas centenárias”, disse.

Ao comentar a necessidade

“Ela (a legislação) está se tornando uma coisa menos conflitiva com a sociedade. As multas serão gerenciadas de outra forma, de jeito mais eficiente e mais transparente”

- Vitor Hugo Burko

de alterar o Código Florestal, Meneguette citou a vigência do Decreto 6.686, que dá prazo até dezembro para a averbação da reserva legal. “O que é humana e tecnicamente impossível. O que precisamos, na verdade, não é a prorrogação do prazo do Decreto. Mas sim, que a lei permita que as matas ciliares sejam também contadas dentro da reserva legal”, informou.

O presidente da FAEP ainda lembrou que, no Paraná, onde quase 90% das propriedades são pequenas e médias, considerar 20% de reserva é inviável. “Em alguns casos, quando há várias nascentes na propriedade, até 30% da área tem que ser deixada como reserva legal. Com isso, o produtor fica economicamente inviabilizado de explorar sua propriedade. Será uma verdadeira reforma agrária às avessas, tirando o homem do campo e colocando ele na cidade. E ninguém, na sociedade, quer mais pobreza no Brasil”, disse.

Ao ser comentada a necessidade de mudanças na legislação ambiental, o presidente do IAP informou que a fiscalização das propriedades está mudando. “Ela está se tornando uma



Reinhold Stephanes, ministro da Agricultura. Presenças em Cascavel

Em Cascavel, sob um “mar dos bonés verdes” de mais de dez mil produtores rurais do oeste, a FAEP e o IAP relataram as questões ambientais e os problemas do código florestal.



Senador Osmar Dias

coisa menos conflitiva com a sociedade. As multas serão gerenciadas de outra forma, de jeito mais eficiente e mais transparente. Tudo isso faz parte de um processo pelo qual estamos passando e temos que passar. Que é o aprimoramento das nossas normas e a definição objetiva das relações que temos que ter em sociedade para conseguirmos viver bem e garantir a sobrevivência das futuras gerações”, afirmou Burko.

No final do encontro, o senador Osmar Dias ressaltou a importância de pressionar representantes do Legislativo para que as propostas sejam votadas na Câmara já no primeiro semestre e no Senado, a partir do segundo semestre. “Com essas propostas, dá para defender (alteração na legislação). Vamos fazer de tudo para aprovar”, afirmou. Como produtor, Dias defendeu a preservação ambiental. “É possível preservar mais para produzir mais”, disse. Segundo ele, programas de preservação de recursos naturais no

Paraná são responsáveis pela alta produtividade do estado.

Também participaram do encontro o vice-líder do Governo na Câmara Federal, deputado Ricardo Barros, deputados federais e estaduais. O evento foi realizado pelo Sistema FAEP. E contou com importante mobilização do Sindical Rural de Maringá e de outros sindicatos rurais da região.

Ponto de partida

A reunião de Maringá foi a primeira de uma série de oito reuniões sobre meio ambiente que acontecem no Paraná. O presidente da Núcleo Regional dos Sindicatos Rurais do Norte e Noroeste do Paraná (Nurespar), Guerino Guandalini, disse que, com os encontros, será possível avançar no propósito de mudar o Código Florestal. “Essas reuniões são muito importantes porque o pessoal ainda não percebeu o quanto vamos perder da nossa produtividade. E, em 10 ou 20 anos, a fome

vai estar por aí”, comentou.

Já o presidente do Sindicato Rural de Maringá, José Antônio Borghi, espera que os congressistas percebam que é necessário mudar. “É que a sociedade, como um todo, entenda que essa conta não pode ser atribuída só ao produtor rural”, disse. Borghi ainda lembrou que todos querem água limpa e ar puro. “O produtor não se sente bem e nem confortável quando ele vê sua mata ciliar preservada, sua propriedade com plantio direto e com outras atividades conservacionistas e, por outro, lado a água que passa por sua propriedade poluída, cheia de resíduos, espuma e embalagem PET. Por isso, meio ambiente é compromisso de todos”, afirmou.

Em Cascavel participaram do evento os deputados Alfredo Kaefer, Moacir Micheletto, Dilceu Sperafico, Eduardo Sciarra, Ricardo Barros, o prefeito de Cascavel, Edgar Bueno, o senador Osmar Dias e o ministro Reinhold Stephanes.

“Com essas propostas, dá para defender (alteração na legislação). Vamos fazer de tudo para aprovar” -

Osmar Dias



PROPOSTAS

Plano Agrícola e Pecuário é tema de debate na FAEP



O workshop ocorrido dia 20 de março na FAEP contou com a participação de representantes da CNA, Ocepar, Banco do Brasil, SEAB/PR, MAPA e FAESC

Anualmente o Ministério da Agricultura (MAPA) coordena a elaboração do Plano Agrícola e Pecuário. Neste ano, serão realizados Workshops em oito Estados, com o objetivo de se elaborar um diagnóstico dos problemas relacionados ao crédito rural no Estado, assim como obter subsídios e propostas para a elaboração do Plano Agrícola e Pecuário 2009/10, que será divulgado pelo MAPA na segunda semana do mês de maio.

Para a organização dos Workshops foi firmada parceria entre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimen-

to (MAPA) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

O workshop ocorrido dia 20 de março na FAEP contou com a participação de representantes da CNA, Ocepar, Banco do Brasil, SEAB/PR, MAPA e FAESC. Foram apresentadas propostas de política agrícola para volume de recursos, taxa de juros, acesso ao crédito, crédito rural para custeio de safra, programas de investimento, seguro rural, apoio à comercialização, zoneamento agrícola e medidas complementares.

A elaboração das "Propostas da FAEP para o PAP 2009/10" foi coordenada pelo Departamento Técni-

Em 2008 foram apresentadas mais de 60 propostas em diversas áreas e dimensionado o impacto do custo de produção nos empreendimentos e a necessidade de avançar com maior rapidez na consolidação de um Seguro de Produção e Renda do produtor.

co Econômico da Federação (DTE/FAEP), com consulta aos Sindicatos Rurais.

Segundo o coordenador do DTE/FAEP, Pedro Loyola, essas propostas não têm o objetivo de esgotar todas as demandas do setor agropecuário paranaense e brasileiro, mas busca subsidiar o Ministério da Agricultura com os principais fatores para a melhoria das condições de produtividade e renda da agropecuária”.

Em 2008 foram apresentadas mais de 60 propostas em diversas áreas e dimensionado o impacto do custo de produção nos empreendimentos e a necessidade de avançar com maior rapidez na consolidação de um Seguro de Produção e Renda do produtor.

“Entre as conquistas mais recentes na área de crédito da FAEP está a redução de juros de 8,75% para 6,75% em 2007 e no ano passado foi retirado o flat de 4% que era cobrado do produtor rural no financiamento de máquinas e equipamentos no programa Modfrota do BNDES”, disse.

“Além disso, a maioria das propostas de aumento de limite de crédito por produto foi incorporada pelo governo no PAP baseado nos estudos de custos de produção que foram apresentados pela FAEP. A soja tinha limite de R\$ 300mil e passou para R\$ 400mil”, explicou Loyola.

Com a crise internacional, as entidades propõem também um reajuste e cumprimento dos preços mínimos das culturas/ativida-

Com a crise internacional, as entidades propõem também um reajuste e cumprimento dos preços mínimos

des conforme estabelece a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e o aprimoramento e maior alcance e cobertura do seguro rural.

A criação de um crédito rotativo automático para o custeio comercial visa desburocratizar o acesso ao crédito. O produtor faria o registro de apenas um contrato com as garantias, denominado “contrato principal”, sendo válido por 5 anos. Registrado o principal, a cada safra o banco é informado da área que vai ser plantada pelo produtor, que libera os recursos por meio de senha eletrônica, sem a necessidade de novo registro das garantias e assinatura de avalistas. “Essa propos-

ta foi formulada por um dos Sindicatos da FAEP e demonstra a importância da participação dos produtores no processo”, ressaltou Loyola.

A formalização dos contratos de custeio poderia ser simplificada, como forma de tornar ágil o atendimento aos clientes, reduzir despesas operacionais e massa de trabalho para os bancos. “As despesas cartorárias com o registro de cédulas hipotecárias além de representarem ônus elevado para os produtores transformam-se, algumas vezes, em barreiras intransponíveis para a obtenção do crédito de custeio, comercialização e de investimento”, concluiu.

Principais propostas

1. Aumentar o volume de recursos do PAP de R\$78 bi para R\$110 bilhões;
2. Criar um crédito rotativo automático para o custeio comercial;
3. Desonerar o crédito rural do IOF;
4. Lançar os contratos de opção antes do plantio, permitindo que o produtor plante sua lavoura com a opção na mão (principalmente milho, feijão e trigo);
5. Incluir na política de preços mínimo as carnes (suíno, ave e bovinos);
6. -Elevar o limite do Prodecoop de 50 milhões para 70 milhões por cooperativa;
7. Instituir o Programa de Tecnologia e Agricultura de Precisão para financiar equipamentos de informática, softwares, teleprocessamento, GPS e outros equipamentos para a implementação da agricultura de precisão e de incentivo ao uso de tecnologias, com taxa de juros de 6,25% ao ano;
8. Estabelecer critérios de habilitação das seguradoras no Programa Federal de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, tais como: padronização da peritagem; apresentar plano de trabalho estabelecendo as condições de contratação de seguros, coberturas, regiões, culturas e atividades, dentre outros a ser aprovado pelo Comitê Gestor do Seguro Rural.
9. Criar um Programa de Capitalização das Cooperativas Agropecuárias – PROCAP-AGRO com recursos da ordem 2,5 bilhões para investimento na capitalização das cooperativas agropecuárias.





BUENOS AIRES

Sistema FAEP participa da conferência sobre rastreabilidade animal

Técnicos do Sistema FAEP e presidentes das Comissões Técnicas de Bovinocultura de Leite, Bovinocultura de Corte, Suinocultura e Avicultura participam da primeira conferência internacional sobre identificação e rastreabilidade de animais, organizada pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

O evento acontece em Buenos Aires, Argentina, entre os dias 23 e 25 de março e tem como objetivo principal apoiar a implementação de normas internacionais para a identificação e rastreabilidade de animais vivos e seus produtos em todo o mundo.

O presidente da Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite da FAEP, Ronei Volpi, destacou a importância da participação da Federação no evento e nos esforços de melhoria do Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (Sisbov). “É um tema que deve ser considerado como um dos pontos estratégicos para abertura de merca-

do. Cada vez mais as barreiras de segurança alimentar vão estar presentes nas negociações comerciais, tanto no mercado externo quanto interno. Nosso trabalho é para que o Paraná esteja na vanguarda disso”, observou.

A conferência deve reunir cerca de 500 participantes de organizações públicas e privadas que trabalham com produtos de origem animal. Durante o evento, serão tratadas as vantagens da identificação e rastreabilidade para a saúde animal e humana, controle de doenças, segurança e qualidade dos alimentos. Também serão discutidos procedimentos pertinentes à rastreabilidade, bem como apresentadas experiências de países e seto-

res que implantaram sistemas de identificação e rastreabilidade.

As próximas edições do Boletim Informativo FAEP/SENAR-PR trarão artigos sobre os principais temas abordados durante a conferência, acompanhados de análise dos participantes do Sistema FAEP sobre o que está sendo feito no Brasil para acompanhar as tendências do mercado mundial.

Durante o evento, serão tratadas as vantagens da identificação e rastreabilidade para a saúde animal e humana, controle de doenças, segurança e qualidade dos alimentos

Objetivos da conferência:

- Despertar interesse mundial pelas normas internacionais da OIE
- Discutir necessidades emergentes do desenvolvimento de normas internacionais
- Fornecer informações sobre implementação dessas normas
- Definir prioridades e métodos de investigação para identificação e rastreabilidade animal
- Acompanhar avanços em programas públicos e privados de identificação e rastreabilidade
- Orientar Serviços Nacionais de Veterinária

ARTIGO

Kátia Abreu

*Kátia Abreu é presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e senadora
Publicado em 16 de março de 2009 no Jornal do Brasil

"MST, para os íntimos, lúmpen", por Kátia Abreu

O MST sempre adotou a violência e sempre esteve na contramão do processo democrático, mas há duas décadas – quando os modelos revolucionários marxista-leninistas ainda vestiam a esperança de muitos e o país saía da repressão do regime militar – podia se apresentar como opção dos setores radicais autodenominados "movimentos sociais". Até a esquerda católica abrigava-o, temerariamente, como se ele houvesse renegado sua amoralidade fundamental: os fins justificam os meios.

Nem se deve esquecer que setores importantes da burguesia, ditos progressistas, consideravam o MST consequência de uma instituição que exorcizavam como anticapitalista, o latifúndio improdutivo, considerado abuso do direito de propriedade. Isto é um registro histórico, impessoal, datado, à prova de refutação, pois simplesmente descreve uma situação documentada.

Hoje, destruída a utopia da reforma agrária – um monumental desastre que apenas produz miséria em 87 milhões de hectares de terras já distribuídas e onde se registram índices de pobreza, medidos objetivamente em IDHs, piores que as das mais degradadas favelas urbanas – o MST perdeu sua razão de ser. As circunstâncias econômicas esvaziaram suas bandeiras.

Não é por acaso que já não denunciam latifúndios, mas invadem

fazendas produtivas: a agricultura empresarial, antes acusada de reacionária e tacanha, assumiu a vanguarda do desenvolvimento nacional. Também perdeu substância ideológica. Finalmente o estado comunista morreu, foi sepultado e não tem chance de ressuscitar.

Reduzido ao que refletem os jornais de cada dia: uma organização criminosa que mata, saqueia e desvia recursos públicos, o MST não quer criar uma classe rural de pequenos produtores, mas fazer agitação e tomar o poder através de um golpe de estado. Tanto que insiste em desafiar o Estado Democrático de Direito, a grande conquista, aparentemente irreversível, do povo brasileiro.

Na verdade, os líderes do MST usam como massa de manobra brasileiros desempregados, desesperançados e desprotegidos socialmente pelo Estado que, por este motivo, aderem a grupos que fomentam e praticam a ilegalidade. Distanciam-se, assim, da verdadeira luta social e democrática permitida e apoiada pelo Estado de Direito.

O MST tornou-se um caso de lumpemproletariado, classificação da sociologia marxista, como ensina o Aurélio. Lumpén, para os íntimos, ou seja, os esquerdistas que sempre a usaram para designar os marginais em que se transformam os trabalhadores sem qualificação, miseráveis e sem consciência política que, em vez

de expressar seu inconformismo agregando-se a ações consequentes (como o partido comunista considerava modelo único e universal), entregam-se à degradação social e humana, constituindo-se a matéria-prima ideal dos políticos e partidos populistas, base do próprio nazifascismo.

No caso do MST, a metamorfose não apenas é evidente, mas foi assumida em desespero por seu núcleo dirigente que, tendo perdido a aposta da transformação dos assentamentos da reforma agrária em base para a grande revolução política marxista que tomaria o poder no Brasil, adotou o recrutamento desesperado do lúmpen para formar a massa de manobra das suas manifestações.

O MST desmoralizou até seu próprio modelo revolucionário que consistia em financiar-se com recursos públicos, como se fossem apropriações e, arrogantemente, existir (até frequentar a Presidência da República e por seu boné na cabeça do presidente) sem personalidade jurídica legal para desmoralizar as instituições nacionais.

Apanhado, denunciado, investigado, exorcizado por todos depois da invasão à Câmara dos Deputados em 2006 e tendo agora de assumir os quatro assassinatos da Chacina de Pernambuco – "matamos", admitiu um dos seus líderes nacionais, Jaime Amorim – o MST desceu ao que realmente é: o lúmpen.

Os líderes do MST usam como massa de manobra brasileiros desempregados, desesperançados e desprotegidos socialmente pelo Estado

ÁGUA

Proteção de nascentes garante benefícios aos produtores de Apucarana

No interior do Paraná, uma iniciativa do Poder Público garante benefícios àqueles produtores rurais que se dedicam à preservação de recursos naturais em suas propriedades.

Na semana em que se celebra o Dia Mundial da Água, comemorado no dia 22 de março, um exemplo de conscientização e respeito a esse recurso natural pode ser encontrado em Apucarana, no norte do estado.

No município, os produtores rurais que mantêm suas nascentes preservadas, de acordo com a legislação ambiental, receberão apoio técnico e financeiro da prefeitura local. Também serão beneficiados os produtores que, a partir de agora, começarem a recuperar áreas, tornando-as de preservação permanente.

A novidade faz parte do “Projeto Oásis/Apucarana, que visa mudar a realidade do município por meio da conscientização e incentivos, voltados para a preservação das águas e reflorestamento das matas ciliares.

“Trata-se de uma iniciativa que vai além do fator financeiro. Pois estamos falando em ganho ambiental, qualidade de vida para essa geração e gerações vindouras”, afirmou o prefeito de Apucarana, João Carlos de Oliveira.

Para o presidente do Sindicato Rural de Apucarana, Jorge Nishikawa, a iniciativa do prefeito João Carlos de Oliveira comprova que o cuidado com o meio ambiente e seus recursos naturais é responsabilidade de todos e não apenas dos produtores rurais.

“Espero que esse grande exemplo sirva para os demais municípios do Paraná e de todo o País. Ao reconhecer os cuidados que o produtor rural tem em relação ao meio ambiente, o prefeito reconhece o quanto



a nossa classe faz em benefício de toda a sociedade”, disse.

Abrangência

A longo prazo, o Projeto abrangerá as bacias hidrográficas de Pirapó, Tibagi e Ivaí. Primeiramente, a iniciativa vai envolver produtores que possuem propriedades na bacia do Rio Pirapó, que abastece a cidade de Maringá. Só no município de Apucarana, o Pirapó atinge mais

de 550 propriedades numa área de, aproximadamente, 170 km².

O benefício assegurado pelo Projeto é de quatro anos e pode ser prorrogado por igual período. Para pleiteá-lo, o proprietário rural precisa se cadastrar na prefeitura de Apucarana que, por meio de uma comissão técnica, analisará no local se a nascente está devidamente protegida de acordo com o Código Florestal Brasileiro.

“Trata-se de uma iniciativa que vai além do fator financeiro. Pois, estamos falando em ganho ambiental, qualidade de vida para essa geração e gerações vindouras”

- João Carlos de Oliveira - Prefeito de Apucarana

CRISE

CNA defende pagamento de dívidas das indústrias aos pecuaristas



Uma possível ajuda do Governo aos frigoríficos afetados pela crise financeira internacional deve contemplar também os produtores, para garantir que as dívidas das indústrias junto aos pecuaristas, pelo fornecimento de bois para o abate, sejam pagas.

A manifestação é da presidente da CNA, senadora Kátia Abreu, que participou (17/3) de audiência pública realizada na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado para discutir a crise nos frigoríficos e os possíveis impactos na pecuária de corte. “O tamanho dessa dívida nos assusta muito. A nossa principal preocupação é saber quando e como os produtores vão receber esse dinheiro”, afirmou a senadora. As dívidas hoje totalizam mais de R\$ 700 milhões apenas de empresas em recuperação judicial.

Kátia Abreu defendeu a união de toda a cadeia produtiva de carne bovina para ajudar os frigoríficos a se recuperarem do cenário de crise, que decorreu principalmente da restrição ao crédito, para investir em mais unidades de abate. Ela pediu maior participação dos produtores nas discussões e cobrou mais transparência sobre a real situação financeira das indústrias.

Kátia Abreu também defendeu que, caso haja ajuda do Governo para socorrer os frigoríficos, os pequenos e médios produtores sejam beneficiados. “O tratamento deve ser igualitário e justo, para que não haja mais produtores e menos frigoríficos”, frisou.

Para o presidente do Fórum Nacional Permanente de Pecuária de Corte da CNA, Antenor Nogueira, a solução encontrada pelos pecuaristas para receber o pagamento das

A presidente da CNA, senadora Kátia Abreu também defendeu que, caso haja ajuda do Governo para socorrer os frigoríficos, os pequenos e médios produtores sejam beneficiados. “O tratamento deve ser igualitário e justo, para que não haja mais produtores e menos frigoríficos”

indústrias foi a venda de bois à vista. “Se o frigorífico paga sua dívida em 20 anos, o produtor não pode receber em 20 anos, pois precisa de capital de giro”, ressaltou. “Se houver socorro aos frigoríficos, a garantia de que os produtores vão receber dos frigoríficos deve estar na ajuda”, completou.

Nogueira também voltou a defender a isenção de PIS e de Cofins sobre a ração usada na nutrição do rebanho bovino e o fim da taxa de exportação sobre o couro wet blue, que é o produto em fase inicial de acabamento.

Questionado sobre uma possível ajuda ao setor dos frigoríficos, o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, que participou da audiência pública, negou que este “socorro” esteja em discussão. Ele informou que o ministério está à disposição para discutir e avaliar as principais dificuldades enfrentadas pela cadeia produtiva da pecuária de corte. “Precisamos de debates mais amplos, porque há muitas dúvidas”, disse.

Após a audiência pública o presidente do Fórum Nacional Permanente de Pecuária de Corte, Antenor Nogueira, coordenou reunião dos membros na CNA e ao final emitiram as seguintes recomendações para os pecuaristas enfrentarem esse período:

- Cuidado com ofertas acima do valor de mercado;
- Vender lotes pequenos;
- Buscar informações quanto ao desconto de NPR;
- Vender a vista.

O Fórum também pretende fazer um levantamento mais detalhado da saúde financeira dos frigoríficos. E trabalhar na elaboração de uma lei que obrigue os frigoríficos a divulgar balanços periódicos.

EMPREENDEDOR RURAL

Mercado Municipal foi palco do ciclo de palestras e consultoria para produtores



Marilda Pionaro, produtora de hortifrutigranjeiros no município de Campo Largo, tinha dificuldades para vender os produtos que produz. Também não gostava de feiras e segundo ela, o negócio de armar e desarmar a baraca eram muito cansativos.

Em 2007 conheceu o programa Empreendedor Rural, foi aí que ela conseguiu ver novos horizontes para a sua produção. “Foi muito importante aquele, porque agora tenho noção de como fazer meus produtos chegarem ao consumidor,” disse. Assim como Marilda, outros produtores estão tendo a oportunidade de participar do 1º Ciclo de Palestras e Consultoria – Oportunidade de Negócios, evento que foi realizado através da parceria entre o SENAR-PR, SEBRAE-PR, SENAC-PR e Prefeitura de Curitiba.

O ciclo de palestras foi realizado no Espaço Maurício Burmester do Amaral no Mercado Municipal de Curitiba durante os dias 16, 17, 18, 19 e 20 de março. O instrutor do SENAR-PR Homero Cidade Júnior disse que o objetivo do ciclo de pales-

tras é fazer com que o produtor rural busque o associativismo. “Assim fica mais fácil para o produtor pensar em um frete mais inteligente e barato. São idéias e dúvidas que os produtores nos trazem e buscamos uma solução para saná-las e o mais importante é que o agricultor tenha a consciência da importância do trabalho em equipe” conta.

No segundo andar do Mercado Municipal fica a área para os produtores de alimentos orgânicos e também há escritórios das empresas parceiras que continuarão no Mercado Municipal para auxiliar os produtores. “O produtor terá aqui mesmo um canal com o SENAR, o SENAC ou o SEBRAE a disposição dele” conta o instrutor Homero Cidade Júnior. O produtor poderá viabilizar a certificação de produto orgânico e também consultoria para como atender melhor o cliente e manter a organização da sua banca.

Outro fato levantado por Homero, é que o novo espaço para os orgânicos traga um maior fluxo de clientes no Mercado Municipal. O que seria bom para os agricultores convencionais do Mercado Municipal.

O ciclo de palestras foi realizado no Espaço Maurício Burmester do Amaral no Mercado Municipal de Curitiba durante os dias 16, 17, 18, 19 e 20 de março

FAEP promove curso sobre Imposto de Renda para funcionários de sindicatos

A Federação da Agricultura do Estado do Paraná realiza um curso sobre declaração do imposto de renda para funcionários de sindicatos rurais. O curso foi realizado nos dias 16 e 17 no Centro de Treinamento Agropecuário (CTA) de Assis Chateaubriand e nos dias 19 e 20 de março no hotel Nikko em Curitiba. Este é mais um serviço que o produtor poderá encontrar no sindicato da sua região, tendo em vista que a Receita Federal já está recebendo as declarações dos contribuintes.

CONSELHO DELIBERATIVO

Fundepec-PR realiza primeira reunião ordinária de 2009



No dia 17, na sede da FAEP, em Curitiba, aconteceu a primeira reunião ordinária do Conselho Deliberativo do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná (Fundepec-PR).

Participaram do evento, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, o diretor-geral da Secretaria da Agricultura, Herlon Almeida, o diretor do Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária (Defis) da Secretaria, Silmar Büerer, representantes do Ministério da Agricultura e do setor agropecuário.

Entre as medidas tomadas durante o encontro, estiveram a aprovação das contas da Gestão Financeira e Relatório de Atividades do ano passado, como também, do Plano Anual de Trabalho e do Orçamento da Receita e Despesa de 2009.

O diretor-geral da Secretaria da Agricultura, Herlon Almeida, anunciou na reunião a contratação dos novos funcionários que vão trabalhar nos 33 postos de fiscalização sanitária e fitossanitária situados nas fronteiras interestaduais. Segundo ele, essa contratação foi decidida para suprir a demanda de pessoal que surgiu nas barreiras desde o dia 1º de janeiro de 2009, quando o governo do Estado reassumiu o controle e a fiscalização nas barreiras interestaduais. No total serão 324 técnicos que irão atuar na fiscalização, entre médicos veterinários, engenheiros agrônomos e barreiristas.

Antes, esse serviço era terceirizado pela Companhia Paranaense de Classificação (Claspar). Mas as seguintes avaliações da União Europeia sobre o serviço de defesa agropecuária feito no Estado não aceitavam

essa terceirização. Para atender essa exigência e agilizar as exportações de carnes do Estado para a União Europeia e outros blocos econômicos, o governo do Paraná voltou ao controle das barreiras.

Entre as medidas tomadas durante o encontro, estiveram a aprovação das contas da Gestão Financeira e Relatório de Atividades do ano passado, como também, do Plano Anual de Trabalho e do Orçamento da Receita e Despesa de 2009

Reunião dos integrantes do FUNDEPEC-PR em Curitiba

CAFÉ

SENAR-PR inova ao ensinar sobre produto que foi o ouro verde do Paraná

Conhecer bem o café que produz e estar preparado para negociar o que colhe em seu cafezal. Isto é o que esperavam os 13 produtores que participaram do primeiro Curso de Classificação e Degustação de Café, oferecido pelo SENAR-PR.

Realizado na sede do Sindicato Rural de Santo Antônio da Platina entre os dias 16 e 20 de março, o curso de 40 horas foi ministrado pelas instrutoras do SENAR-PR Joana D'Arc Teixeira de Faria e Ivonete Raserá.

Ivonete disse que, pelo interesse dos produtores, a iniciativa atendeu os objetivos propostos. Segundo ela, com o curso, os participantes serão capazes de fazer um diagnóstico de possíveis problemas e propor soluções nas etapas de cultivo, secagem e processamento do café.

“O objetivo é dar condições aos produtores para que conheçam melhor o café que produzem, Como também, para que possam argumentar na hora de comercializar seu café”, disse Ivonete.

Segundo a instrutora, os participantes também puderam conhecer as causas dos defeitos encontrados no café e o que pode ser feito para melhorar o produto. “Eles tiveram a oportunidade de aprender mais sobre rendimento, separação e contagem dos defeitos encontrados no grão, degustar o café e conhecer os tipos de bebida, como mole, menos mole, riado, rio e duro”, acrescentou.

Para ela, os conhecimentos adquiridos no curso podem contribuir para que a atividade seja mais rentável. Como exemplo de rentabilidade, a instrutora do SENAR-PR informou que um lote de café que produz bebida tipo dura, mole, estritamente mole ou apenas mole pode render, pelo menos, entre 30%

“Antes eu vendia meu café no escuro. O que o comprador falava eu aceitava. Classificando meu café, em casa, vou chegar ao comprador já sabendo o que tenho em mãos”

Ricardo Batista dos Santos



e 40% a mais para o produtor do que o café tipo rio ou riado.

A realização do curso em Santo Antônio da Platina contou com o apoio do Sindicato Rural local e da empresa Ferroni Cafés Especiais, que auxiliou com equipamentos e amostras de café.

Satisfação - “De agora em diante, vou começar a conhecer melhor meu produto. Antes eu vendia meu café no escuro. O que o comprador falava eu aceitava. Classificando meu café, em casa, vou chegar ao comprador já sabendo o que tenho em mãos. Terei argumentos para negociar meu produto”. É o que disse o produtor de Congoinhas, Ricardo Batista dos Santos.

Ao demonstrar satisfação por ter participado do curso do SENAR-PR, Ricardo enfatizou a importância de saber mais sobre a cultura que é o carro-chefe de sua propriedade. “Dos 42 hectares que possuo, 5,5 hectares são de cafezais. A produção de café é o que mantém minha propriedade. Também cultivo milho e crio gado de corte”, acrescentou.

Sobre o aprendizado, Ricardo ressaltou o que passou a conhecer com as informações obtidas no curso. “Aprendi que o café packetado, aquele que é rosinha no meio, não é defeito. O comprador falava que era defeito e, para mim, acabava sendo. Mas agora, sei que o café packetado é café bom”, disse.

Aprovação - A produtora de Ribeirão do Pinhal, Raquel Nader Resende Fraez, aprovou o curso. Para ela, que também é instrutora do SENAR-PR, o curso foi bastante proveitoso. Ao focar a degustação da bebida, Raquel afirmou que a iniciativa do SENAR-PR possibilitou um aprimoramento para quem lida com café. “Como instrutora e produtora, era o que faltava em nosso pacote de cursos de café”, disse.

Como iniciante na área de compra e venda do produto, Raquel comentou sobre a utilidade do curso ao dar ênfase a questões relacionadas à comercialização do café. “Recebemos informações que nos auxiliam na hora de comercializar o produto”, concluiu.

PREVIDÊNCIA

João Cândido de Oliveira Neto

Consultor de Previdência Social da FAEP

Inscrição e cadastro do segurado especial

Entende-se como segurado especial os produtores rurais que produzem em regime de economia familiar, sem a utilização de mão-de-obra assalariada permanente. Estão incluídos nesta categoria de segurados do INSS os cônjuges, os companheiros e os filhos maiores de 16 anos que trabalham com a família na atividade agropecuária.

Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração.

O grupo familiar poderá utilizar-se de empregado contratado por prazo determinado ou contribuinte individual, em épocas de safra (período entre o preparo do solo e a colheita), à razão de no máximo 120 (cento e vinte) pessoas/dia, dentro do ano civil, em períodos corridos ou intercalados. Também a outorga, por meio de contrato escrito de parceria, meação ou comodato, de 50% (cinquenta por cento) de imóvel rural cuja área total, contínua ou descontínua, não seja superior a quatro módulos fiscais, desde que outorgante e outorgado continuem a exercer atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar; a exploração da atividade turística da propriedade rural, inclusive com hospedagem, por não mais de 120 (cento e vinte) dias ao ano; a utilização pelo grupo familiar de processo de beneficiamento ou industrialização artesanal, não sujeito à incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados-IPi.

Não prejudica a condição de segurado especial o recebimento de pensão ou outro benefício que não supere o valor de um salário mínimo; o exercício de atividade remunerada em período de entressafra ou do defeso, desde que não supere 120 (cento e vinte) dias, corridos ou intercalados, no ano civil; o exercício de mandato eletivo de vereador do município onde desenvolve a atividade rural ou de dirigente de cooperativa rural constituída exclusivamente por segurados especiais.

A comprovação do exercício de ativi-

dade rural do segurado especial, bem como de seu respectivo grupo familiar, observada a idade mínima constitucionalmente estabelecida para o trabalho, poderá ser feita com a apresentação de um destes documentos: contrato de arrendamento, parceria ou comodato rural; declara de sindicato de trabalhadores e produtores rurais filiados ao sistema sindical da Contag ou CNA; notas de venda de produto rural; documentos fiscais relativos à entrega de produção rural à cooperativa agrícola, entreposto e outros, com a indicação do segurado como vendedor ou consignante; comprovante de recolhimento de contribuição decorrentes da comercialização da produção; cópia da declaração do imposto de renda, com indicação de renda proveniente da comercialização agropecuária.

A atividade rural exercida nas condições mencionadas poderá ficar prejudicada caso a exploração agropecuária seja feita em área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quando então seu enquadramento será alterado para a de contribuinte individual – empregador rural, conforme artigo 12, inciso V, alínea “a”, 1, da Lei nº 8.212/91, com a nova redação dada pela Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008.

Podemos constatar a complexidade para a identificação e conceituação do que seja o segurado especial. Tanto é verdade que o Ministério da Previdência Social, através do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - promoverá cadastramento de produtores rurais com a finalidade de institucionalizar a inscrição dos segurados e dependentes do segurado especial prevista no artigo 17 da Lei nº 8.213/91. Assim foram acrescentado a este artigo, os parágrafos 4º, 5º e 6º onde é estabelecida a inscrição do segurado especial com o objetivo de vinculá-lo ao seu respectivo grupo familiar, e contera, além das informações pessoais, a identificação da propriedade em que desenvolve a atividade e a que título, se nela reside ou o Município onde reside e, quando for o caso, a identificação e inscrição da pessoa responsável pela unidade familiar.

Não sendo proprietário deverá informar o nome do parceiro ou meeiro outor-

gante, arrendador, comodante ou assemelhado. Simultaneamente com a inscrição do segurado especial, será atribuído ao grupo familiar número de Cadastro Específico do INSS – CEI, para fins de recolhimento das contribuições previdenciárias incidentes sobre o valor bruto da comercialização agropecuária.

Para tanto o Ministério da Previdência Social desenvolverá programa de cadastramento destes segurados através de documento eletrônico. Este sistema será alimentado por informações fornecidas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), Secretaria da Receita Federal e Dataprev e a participação de entidades sindicais rurais, entre as quais a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). O objetivo é o combate a fraude e tornar ágil a habilitação e concessão de benefícios ao segurado especial, como já ocorre para o segurado urbano.

Entretanto, preocupa a conceituação a partir do módulo fiscal conforme está estabelecido na Lei 11.718. Parece-nos que o “carro-chefe” será o cadastro do INCRA, com a informação inicial/principal sendo comandada pelo módulo fiscal, que serve de parâmetro da classificação do imóvel rural quanto a sua dimensão, definindo os limites para a pequena e média propriedade. Para cada Município é expresso em hectare, levando-se em conta o tipo de exploração predominante no Município. Seja hortifrutigranjeira, cultura permanente; cultura temporária; pecuária e florestal. O módulo fiscal é obtido dividindo-se sua área aproveitável total pelo módulo fiscal do Município, conforme está disposto na Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979.

Assim, os fatores para a obtenção do módulo fiscal da propriedade rural, em diferentes Municípios, certamente provocará o enquadramento previdenciário (segurado especial e empregador) nem sempre de acordo com o sistema de desenvolvimento da atividade agropecuária, isto é, com ou sem empregados.

Isto nos faz perguntar: o cadastro do segurado especial para o reconhecimento do direito poderá ser considerado confiável?

Conseleite Paraná divulga resolução n° 03/2009

A diretoria do Conseleite-Paraná, reunida no dia 17 de março na sede da FAEP, em Curitiba, atendendo aos dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga o preço de referência realizado em fevereiro de 2008 e a projeção do preço de referência para março de 2009.

O preço de referência final do leite padrão para o mês de Fevereiro/2009 calculado segundo metodologia definida pelo Conseleite-Paraná a partir dos preços médios e do mix de comercialização do mês, apresentados pela UFPR, bem como o maior e menor valor de referência, de acordo com os

parâmetros de ágio e deságio em relação ao Leite Padrão, contidos no Anexo I do Regulamento; e o preço de referência projetado para o mês de Fevereiro (contido na Resolução 02/2009 do Conseleite-Paraná) e as diferenças entre estes valores são apresentados a seguir:

VALORES FINAIS DE REFERÊNCIA¹ DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE) – FEVEREIRO/2009

Matéria-prima	Valores projetados em 17/fevereiro/2009	Valores finais fevereiro/2009	Diferença (final projetado)
Maiores Valores de Referência (leite acima do padrão)			
Posto Plataforma	0,6202	0,6113	- 0,0089
Posto Propriedade	0,5892	0,5808	- 0,0084
Valores de Referência para leite padrão			
Posto Plataforma	0,5393	0,5316	- 0,0077
Posto Propriedade	0,5083	0,5011	- 0,0072
Menores Valores de Referência (leite abaixo do padrão)			
Posto Plataforma	0,4903	0,4833	- 0,0070
Posto Propriedade	0,4593	0,4528	- 0,0065

Observações:

Posto Plataforma significa o leite entregue na plataforma da indústria (o frete é custo do produtor)

Posto Propriedade significa o leite entregue na propriedade rural (o frete é custo da indústria)

Em todos os preços está incluída a CESSR (Ex-Funrural) (2,3%), a ser descontada do produtor rural.

O preço de referência projetado do leite padrão para o mês de Março de 2009, calculado segundo a metodologia definida pelo Conseleite-Paraná a partir dos

preços médios e do mix de comercialização do primeiro decêndio de Março, apresentados pela UFPR, bem como o maior e menor valor de referência, de acordo

com os parâmetros de ágio e deságio em relação ao Leite Padrão, contidos no Anexo I do Regulamento, são apresentados a seguir:

VALORES PROJETADOS DE REFERÊNCIA² DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE) PARA MARÇO/2009

Matéria-prima	Valores projetados para Março/2009
Maiores Valores de Referência (leite acima do padrão)	
Posto Plataforma	0,6200
Posto Propriedade	0,5891
Valores de Referência para o leite padrão	
Posto Plataforma	0,5391
Posto Propriedade	0,5082
Menores Valores de Referência (leite abaixo do padrão)	
Posto Plataforma	0,4901
Posto Propriedade	0,4592

Observações:

Posto Plataforma significa o leite entregue na plataforma da indústria (o frete é custo do produtor)

Posto Propriedade significa o leite entregue na propriedade rural (o frete é custo da indústria)

Em todos os preços está incluída a CESSR (Ex-Funrural) (2,3%), a ser descontada do produtor rural.

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de Março de 2009 é de R\$ 1,0590/litro.

Curitiba, 17 de março de 2009.

RONEI VOLPI
Presidente

WILSON THIESEN
Vice-Presidente

SANIDADE

Presidente da Associação dos Municípios do Paraná visita FAEP

O presidente da Associação dos Municípios do Paraná (AMP), prefeito Moacir Elias Fadel (Castro) e diretores, estiveram na sede da FAEP em Curitiba dia 17, para tratar da participação na organização do seminário Sanidade Garantia de Desenvolvimento, que acontecerá no dia 17 de abril de 2009, no auditório Expo Unimed, na Universidade Positivo, em Curitiba.

Reunidos com o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, conversaram sobre o engajamento dos municípios nas ações de sanidade no Paraná.



PALOTINA

Mulheres recebem palestra motivacional no Sindicato



O Sindicato Rural Patronal de Palotina em parceria com o Sistema FAEP/SENAR promoveu no dia 12 de março uma homenagem em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

A instrutora do SENAR-PR Eliana Cristina Fedrigo Scherbak fez uma palestra motivacional para as mulheres dos associados.

A pauta da palestra foi a importância e a luta das mulheres na conquista do seu espaço na sociedade. Elas receberam uma rosa em homenagem ao seu dia e houve também sorteio de brindes. No lanche foram servidas receitas que são ensinadas nos cursos oferecidos pelo SENAR-PR.

TÉCNICAS

Sindicato de Bandeirantes promove curso de jardineiro

Nos dias 09, 10 e 11 de março, produtores rurais e funcionários da prefeitura de Bandeirantes participam do curso de jardineiro, que buscou o aperfeiçoamento da mão-de-obra, aplicando técnicas adequadas para a formação e manutenção de jardins.

Os alunos aprenderam técnicas que podem ser utilizadas no cultivo de jardins com gramados, flores e plantas ornamentais. A instrutora do SENAR-PR Juliana Pitwak aplicou as aulas teóricas foram ministradas na sede do próprio sindicato. Enquanto as aulas práticas aconteceram no viveiro da Universidade Estadual do Norte do Paraná, no Campus FALM.



ORGANIZAÇÃO

De Olho na Qualidade em Palotina

Dezoito famílias de agricultores concluíram no dia 6, em Palotina, a série de quatro encontros, que fazem parte do curso De Olho Na Qualidade oferecido pelo SENAR-PR, com apoio do Sindicato Rural e da Cooperativa Agroindustrial C. Vale.

O curso busca estimular o produtor rural a organizar a sua pro-

priedade aplicando cinco temas, que facilitam ao produtor o melhor aproveitamento da força de trabalho. Foram tratados os seguintes temas: descarte, organização, limpeza, higiene e ordem mantida. Durante o curso, os agricultores receberam visitas em suas propriedades, de maneira que puderam ver a aplicação dos temas tratados, na prática.

POSSE

Sindicato Rural de Ivaté tem nova diretoria

No dia 11 de março, tomou posse a nova diretoria do Sindicato Rural de Ivaté. Como presidente da entidade, assumiu Júlio César Meneguetti, que também tomou posse como delegado representante. O vice-presidente do Sindicato é Wilson José Meneguetti, que também assumiu a suplência de delegado representante. Claudino Renon tomou posse como secretário. Ele também faz parte da suplência de diretoria, juntamente com Francisco Meneguetti.

O Conselho Fiscal é formado por Clarice Alves Macedo, Osvaldo Joaquim dos Santos e José Aparecido Previtall. Como suplentes de Conselho Fiscal, assumiram Aparecido de Oliveira, Elza Weiss Renon e Claudir Espolador.

IBIPORÃ

Instrutores recebem treinamento de desenvolvimento comportamental

Instrutores do SENAR-PR receberam durante a semana (de 16 a 20 de março) um treinamento para aplicar o curso de desenvolvimento comportamental. O treinamento foi realizado no Centro de Treinamento Agrícola (CTA) de Ibitiporã. O curso de desenvolvimento comportamental está previsto para os meses de maio e junho. "Fizemos o piloto com cinco instrutores e agora estamos multiplicando para que possamos aplicar o curso aos agricultores" conclui Regiane Hornung técnica do SENAR-PR.



DO PASTO AO PRATO

Curso de cortes de costela destaca importância do agronegócio



Reconhecer uma costela bovina de qualidade, aprender a preparar cortes tradicionais e especiais e conhecer mais sobre o segmento da carne no agronegócio. Estes foram os desafios de alunos e instrutores do Senac-Pr que participaram do curso **Cortes Especiais de Costela**, realizado na sede da entidade em Curitiba nos dias 16 e 17 de março.

Realizado por meio da parceria entre o SENAR-PR e o Senac-Pr, o curso contou com 82 participantes que não apenas receberam instruções sobre cortes de costelas e como preparar o alimento. Mas também, informações sobre a produção de

carnes, enquanto um importante elo desse segmento do agronegócio.

“Esses alunos, no futuro, serão compradores de carne. Por isso, precisam conhecer mais sobre esse segmento. Aqui, eles tiveram a oportunidade de aprender sobre diferentes raças, cruzamentos, idade e sexo dos animais. Enfim, informações que geralmente estão concentradas na propriedade rural”. A avaliação é do técnico do SENAR-PR, Alexandre Lobo.

Dentro da porteira – Justamente o que ocorre da porteira para dentro é o que chamou a atenção dos participantes do curso e fez o diferencial. Para o instrutor do Senac-Pr, Marcos Pimentel, o curso inovou ao considerar a carne desde sua origem.

“Esses alunos, no futuro, serão compradores de carne. Por isso, precisam conhecer mais sobre esse segmento” – Alexandre Lobo

“Foi muito interessante porque, normalmente, não temos contato direto com o produtor e sua atividade. Quando repassarmos o que aprendemos aos nossos alunos, vamos poder oferecer conhecimentos que, geralmente, não tínhamos. Informações sobre fatores que interferem na qualidade da carne”, disse.



“Antes, eu só conhecia a carne quando estava pronta para ser consumida. Agora, todas essas informações ajudam-me a comprar uma carne de melhor qualidade” -

Márcio Wilson Leonart

O aluno do Senac-Pr, Márcio Wilson Leonart, aprovou o curso. “Foi como uma pós-graduação. Aprendemos sobre a importância de cuidar dos animais, mesmo antes do nascimento deles. Como também, os cuidados que devemos ter com o meio ambiente. Coisas que acabam interferindo na qualidade da carne. Antes, eu só conhecia a carne quando estava pronta para ser consumida. Agora, todas essas informações ajudam-me a comprar uma carne de melhor qualidade”, afirmou.

Do campo para a sala-de-aula - Durante o curso, os participantes puderam saber mais sobre práticas que agregaram valor à carne, como ras-

A estimulação elétrica, por exemplo, serve para amaciar a carcaça do animal

treabilidade, manejo pré-abate, transporte, vacinação e o que pode ser feito para garantir o bem-estar dos animais.

Ao ensinar sobre uma prática que visa tornar a carne mais macia, o professor Clóvis Antônio Bassani explicou o manejo pós-abate. “A estimulação elétrica, por exemplo, serve para amaciar a carcaça do animal. É bom lembrar que, uma carcaça de qualidade ruim, você não consegue melhorar. Por isso, é importante conhecer uma carne de qualidade. E saber que o consumidor compra, primeiramente, pela cor. E depois, pela maciez”, explicou Bassani, que também é médico veterinário há 20 anos num frigorífico na região central do Paraná.

Segundo ele, a proposta do curso foi mostrar toda a logística de como ocorre a produção de carne. “Além de aprender a diferenciar uma carcaça de qualidade das demais, os participantes receberam informações relacionadas à segurança alimentar, proteção do meio ambiente, sanidade e seleção genética. Ainda aprenderam sobre o funcionamento das alianças de carne, que envolvem produtor, indústria e mercado”, acrescentou.

Festival - Realizado em parceria com o SENAR-PR, o curso é oferecido em dois módulos. O segundo acontecerá entre os dias 25 e 27 de março e será dirigido a funcionários de açougues, churrascarias e supermercados. Para participar, os interessados devem ligar para o 0800 643 6 346.

O curso Cortes Especiais de Costela faz parte da programação do Festival Gastronômico da Costela, que será acontecerá entre os dias 30 de março e 04 de abril em Curitiba. O Festival é uma parceria entre o Sistema FAEP, o Senac-Pr e o Sistema Fecomércio.

“É bom lembrar que, uma carcaça de qualidade ruim, você não consegue melhorar. Por isso, é importante conhecer uma carne de qualidade”

- Clóvis Antônio Bassani



JURÍDICO

Marcia Rodacoski

Marcia Rodacoski é advogada e consultora da Federação da Agricultura do Paraná.

marcia_rodacoski@uol.com.br

A negociação coletiva das condições de trabalho

A Constituição Federal assegura aos trabalhadores a liberdade sindical (artigo 8º), assim como garante o reconhecimento das convenções e acordos coletivos (artigo 7º, XXVI/CF). Nesse raciocínio, não existe impedimento para que haja negociação acerca das condições de trabalho, partindo-se da premissa de que o sindicato da categoria postula sempre pelo interesse daqueles que representa, importando na concessão de vantagens e estabelecimento de obrigações por ambas as partes, respeitados os limites constitucionais e legais.

Assim, as normas da convenção coletiva não importam unicamente em vantagens aos trabalhadores, podendo, inclusive, estipular obrigações ou prejuízo salarial, sem implicar em sua nulidade, desde que não haja violação às garantias constitucionais.

Excluídos os direitos trabalhistas irrenunciáveis, a norma convencional prevalecerá sobre a norma legal, por tratar-se de acordo sindical, representativo das categorias obreira e econômica. No caso do tempo de deslocamento do empregado, por exemplo, desde que não exista supressão de direito, passível de transação quanto ao tempo gasto nessa atividade, prevalecendo o acordado mesmo em face do disposto no § 2º do artigo 58 da CLT.

Possível, dessa forma, a regulamentação da jornada de trabalho (mediante compensação ou prorrogação), alimentação do trabalhador, tempo de deslocamento, entre outros direitos, sempre respeitadas as garantias fundamentais estabelecidas na Constituição Federal.

Além de não haver óbice na negociação coletiva de direitos trabalhistas, resulta evidente que, como

em toda transação, faz-se necessário que as partes transigentes abram mão de alguma coisa para ter benefícios em outras. Portanto, devem ser assegurados outros benefícios aos trabalhadores que compensam eventual redução, a fim de que a negociação coletiva não colida com a disposição constitucional contida no art. 7º, inciso XXVI.

O objetivo da negociação coletiva é a solução de conflitos futuros, situação em que, sendo legítima a CCT firmada entre os sindicatos, o obreiro não fará jus a eventuais parcelas expressamente excluídas da norma convencional. Nesse sentido a jurisprudência trabalhista: "NEGOCIÇÃO COLETIVA. POSSIBILIDADE. Os Acordos Coletivos de Trabalho são fruto de negociações das empresas com as entidades sindicais representantes dos trabalhadores, nas quais as partes envolvidas fazem concessões mútuas até que haja um consenso. Desta forma, reconhecidos constitucionalmente os instrumentos coletivos - artigo 7º, XXVI, da CR/88 -, não há como ignorá-los parcialmente para deferir direitos por eles não contemplados." (TRT 3ª Região, RO nº 00094-2007-054-03-00-7).

Não há dúvida, destarte, de que direitos podem ser criados, adaptados ou suspensos na convenção ou acordo coletivo. Essa flexibilidade do pacto coletivo é que lhe outorga modernidade, e o aponta como única via capaz de gerar um tempo novo nas relações de trabalho. O objetivo do ajuste coletivo é o equilíbrio social, pois profissionais e empresários saberão melhor sobre as questões próprias das suas atividades do que o legislador afastado. Também a velhice da lei é combatida no acerto coletivo do trabalho.



FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná
Fone: 41 2169-7988 Fax: 41 3323-2124
email: faep@faep.com.br - site: www.faep.com.br

Presidente

Ágide Meneguette

Vice-Presidentes

Moacir Micheletto,
Guerino Guandalini,
Nelson Teodoro de Oliveira,
Sebastião Olímpio Santarozza,
Ivo Polo,
Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários

Livaldo Gemin,
Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia,
Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal

Francisco Carlos do Nascimento,
Luiz de Oliveira Netto,
Lauro Lopes

Delegados Representantes

Ágide Meneguette, João Luiz R. Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato A. Fontana



PARANÁ

SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná
Fone: 41 2106-0401 - Fax: 41 3323-1779
e-mail: senarpr@senarpr.org.br
site: www.senarpr.org.br

Conselho Administrativo

Presidente

Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos

Ademir Mueller - FETAEP
Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC
Darci Piana - FECOMÉRCIO
Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal - Membros Efetivos

Francisco Carlos do Nascimento - FAEP
Jairo Correa de Almeida - FETAEP
Luiz de Oliveira Netto - SENAR AC

Superintendência

Ronei Volpi

BOLETIM Informativo

Jornalista responsável:

Paulo R. Domingues (DRT-PR 1512)
André Franco (redator)
Marcos Tosi (redator)
imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas

Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR
Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO PARANÁ

RECURSO EM COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - TRT - PR-79048-2006-325-09-00-6 (RCCS)

RECORRENTES: R. P. A. D.

RECORRIDOS: CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA e FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ.

RELATORA: ENEIDA CORNEL

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de **RECURSO EM COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL**, provenientes da **2ª VARA DO TRABALHO DE UMUARAMA - PR**, sendo recorrente **R. P. A. D.** e recorridos **CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA** e **FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ**.

I - RELATÓRIO

Inconformada com a sentença de fls. 222-239, complementada pela decisão resolutiva de embargos de fls. 242-243, ambas proferidas pela Exma. Juíza do Trabalho Susimeiry Molina Marques, que acolheu parcialmente os pedidos, recorre a parte ré.

A parte ré, através do recurso em cobrança de contribuição sindical de fls. 245-256, postula a reforma da sentença quanto aos seguintes itens: multa do art. 600 CLT, correção monetária, multa do art. 475-J e honorários advocatícios.

Custas recolhidas à fl. 258. Depósito recursal efetuado à fl. 257.

Contra-razões apresentadas pelas partes autoras às fls. 263-268.

Os autos não foram enviados ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 44, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Admissibilidade

Apesar de não constar da guia DARF de fl. 258 a autenticação mecânica comprobatória do recolhimento do valor ali referido, o pagamento das custas processuais arbitradas em sentença resta comprovado pelo carimbo apostado no documento pela entidade bancária arrecadadora. Nesse sentido, a OJ n. 33, da SDI-I, do TST: "O carimbo do banco recebedor na guia de comprovação do recolhimento das custas supre a ausência de autenticação mecânica."

Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, **CONHEÇO** do recurso em cobrança de contribuição sindical interposto, assim como das respectivas contra-razões.

Mérito

1. Multa do art. 600 CLT

Insurge-se a ré contra a sentença que determinou a aplicação da multa do art. 600, da CLT. Afirma que o art. 2º da Lei n. 8.022/90 revogou o dispositivo da CLT estabelecendo percentual máximo de 20% para a multa moratória. Argumenta que o art. 59, da Lei n. 8.383/91 confirma tal entendimento. Sustenta que as penalidades previstas no art. 600, da CLT, são inconstitucionais por apresentarem caráter confiscatório.

A pretensão não merece guarida. Quanto à multa e aos critérios de correção aplicáveis, o entendimento que prevalece nesta Turma é no sentido de que a Lei n. 8.022/90 não revogou tacitamente o artigo 600 da CLT. A alteração trazida pela lei dizia respeito à competência e à regulamentação do recebimento da contribuição sindical rural pela Secretaria da Receita Federal. Tampouco há que se cogitar de revogação em face do disposto na Lei n. 8.383/91, que institui a Unidade Fiscal de Referência e altera a legislação do imposto de renda. Dessa forma, não há que se cogitar de repristinação, na medida em que artigo 600 da CLT não deixou de vigorar.

Não se observa violação ao art. 150, inciso IV, da Constituição da República. A penalidade estabelecida não apresenta caráter confiscatório, principalmente porque determina expressamente a observância à limitação imposta pelo art. 412 do Código Civil Brasileiro (fl. 234), não podendo a multa moratória exceder o valor do principal. A alíquota adotada para cálculo da contribuição é de 0,1% (fls. 33 e 36), de modo que a execução referente aos exercícios de 2004 e 2005, acrescida das penalidades impostas, se restringe a menos de 1% do valor da propriedade da ré.

Por conseguinte, resta devida a penalidade prevista no art. 600 da CLT, observada a limitação prevista pelo artigo 412 do CCB. **Mantenho.**

2. Correção monetária

Postula a ré a reforma da sentença com relação ao marco inicial da correção monetária. Afirma que, tratando-se de ação de cobrança, a correção monetária deve incidir a partir do ajuizamento da ação, conforme dispõe o § 2º, do art. 1º, da Lei n. 6.899/1981. Argumenta que os autores poderiam ter exigido seu crédito por meio de ação de execução, não o fazendo por negligência pessoal. Sucessivamente, postula a incidência da correção monetária a partir do mês subsequente ao vencimento da obrigação, critério aplicável aos créditos trabalhistas.

Sem razão a recorrente. Em se tratando de dívida líquida e certa, aplica-se o disposto no § 1º, do art. 1º, da Lei n. 6.899/1981, incidindo a correção monetária a partir do vencimento da obrigação. O recolhimento da contribuição sindical tem vencimento específico, de modo que o atraso é suficiente para constituir o devedor em mora (artigos 587 e 600 da CLT). Não se cogita da inaplicabilidade do art. 600 da CLT, conforme insurgência apreciada em item próprio.

Descabida a pretensão de que a correção monetária incida a partir do mês subsequente ao vencimento, posto que se trata de critério aplicável apenas ao pagamento de verbas salariais, ante a previsão do art. 459, da CLT, com a qual não guarda qualquer pertinência a demanda. **Mantenho.**

3. Multa do art. 475-J

Insurge-se a ré contra a aplicação da multa de 10% prevista no art. 475-J do CPC, determinada na decisão de primeiro grau. Afirma que a penalidade não é aplicável ao processo do trabalho, que possui mecanismos próprios para a fase de execução. Argumenta que, consoante entendimento da 6ª Turma do TST, o dispositivo é também incompatível com o processo do trabalho, havendo violação ao art. 889 da CLT. Sustenta que a aplicação do CPC, consoante art. 769 da CLT, é subsidiária, sendo possível apenas em caso de omissão.

Sem razão, contudo. A insurgência decorre da aplicação em caráter subsidiário dos dispositivos inse-

ridos no Código de Processo Civil por meio da Lei n. 11.232/05, no caso o artigo 475-J: "*Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento e, a requerimento do credor e observado o disposto no art. 614, inciso II, desta Lei, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação.*"

No que diz respeito à aplicabilidade ao processo do trabalho do dispositivo acima referido, leciona Júlio César Beber: "*Embora autônomo, o direito processual do trabalho, regido que é pela CLT (e por leis esparsas: v.g., Leis ns. 5.584/1970 e 8.177/1991), vale-se, subsidiariamente e de modo condicionado, das regras do direito processual civil comum (CLT, art. 769). Disse subsidiariamente e de modo condicionado, uma vez que as normas do CPC constituem fonte subsidiária do processo do trabalho desde que presentes os seguintes elementos: a) omissão de regulamentação específica pelas normas processuais trabalhistas; b) compatibilidade das normas processuais comuns com a ordem jurídica processual trabalhista; c) inexistência de afronta aos princípios do processo do trabalho. Enquanto o requisito da omissão de regulamentação específica é aferido objetivamente (basta não haver norma processual trabalhista expressa), os demais (compatibilidade com a ordem jurídica processual trabalhista e inexistência de afronta aos princípios do processo do trabalho) são ditados pela doutrina e pela jurisprudência (v.g. OJ SBDI-1 n. 310)" (in Revista LTr, vol. 70, n. 02, fevereiro/2006, São Paulo, pág. 140).*

Nesse contexto, considerando que não há no processo do trabalho, tampouco na legislação extravagante, disposição acerca do pagamento de multa pelo descumprimento da obrigação de pagar quantia certa, evidente a presença do requisito da omissão de regulamentação específica. As previsões dos artigos 880 ou 872 da CLT não ilidem essa conclusão.

Quanto ao requisito da compatibilidade, perfilha o entendimento de Élisson Miessa dos Santos, segundo o qual: "*Quanto ao segundo requisito, compatibilidade com o processo do trabalho, não precisamos de muito esforço jurídico para admiti-lo, uma vez que, sendo certo que o processo do trabalho tem como fim efetivar direitos fundamentais de segunda dimensão, o que torna a Justiça do Trabalho uma justiça distributiva, com muito maior razão a inci-*

dência da multa deve ser nele aplicada, sob pena de se ter um mecanismo de maior efetividade em uma justiça comutativa, para quem é direcionado, em primeiro momento, o código de processo civil, do que no processo do trabalho em que há disparidade entre as partes." (in Suplemento Trabalhista LTr, n. 103/06, São Paulo). Não se observa, portanto, qualquer incompatibilidade com as disposições da CLT, sequer com o art. 889, como sustenta a ré.

Também não há margem de dúvida quanto à inexistência de afronta aos princípios processuais trabalhistas. Ao contrário, a multa prevista no artigo 475-J do CPC guarda com eles estreita relação, com destaque para os princípios da efetividade e celeridade.

A questão já foi pacificada pela Seção Especializada deste Regional, com a edição da OJ EX SE 203 (RA/SE 003/2007), já mencionada na decisão de origem:

"OJ EX SE - 203: MULTA - ART. 475-J DO CPC. APLICABILIDADE AO PROCESSO DO TRABALHO. A multa prevista no artigo 475-J do CPC é aplicável ao Processo do Trabalho, nos termos dos artigos 769 e 889 da CLT, observados os seguintes parâmetros: I - a multa incidirá no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da intimação do trânsito em julgado da sentença, quando líquida (artigo 852 da CLT), ou da data da intimação da decisão de liquidação; II - transcorrido o prazo sem pagamento, proceder-se-á à citação do réu para que, em 48 horas, pague o valor da condenação já acrescido da multa de 10% ou nomeie bens à penhora, nos termos do artigo 880 da CLT; III - o pagamento parcial no prazo fará incidir a multa apenas sobre o restante do valor da condenação; IV - a citação para pagamento ou nomeação de bens prescinde do requerimento do credor, sendo inaplicável a segunda parte do caput do artigo 475-J do CPC; V - não é necessária a intimação pessoal do devedor para incidência da multa; VI - a multa é inaplicável na execução provisória, bem como na hipótese de execução contra a Fazenda Pública."

Mantenho.

4. Honorários advocatícios

Insurge-se a ré em face da condenação ao pagamento de honorários advocatícios, no importe de 15% sobre o valor da condenação. Afirmo que na Justiça do Trabalho deve ser aplicada a Lei n. 5.584/70, por se tratar de legislação própria.

A pretensão não merece guarida. A ação versa sobre contribuição sindical, integrando o rol das matérias a que foi atribuída competência à Justiça do Trabalho pela Emenda Constitucional n. 45/2004. Não se tratando de lide decorrente de relação de emprego, é inaplicável a limitação dos honorários às hipóteses das Leis ns. 5.584/70 e 1.060/50, sendo devidos honorários advocatícios de sucumbência.

Nesse sentido, o Tribunal Superior do Trabalho editou a Instrução Normativa n. 27, cujo art. 5º dispõe: "Exceto nas lides decorrentes da relação de emprego, os honorários advocatícios são devidos pela mera sucumbência" (sublinhei). **Mantenho.**

Isso posto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso em cobrança de contribuição sindical da ré, nos termos da fundamentação.

III. CONCLUSÃO

Pelo que,

ACORDAM os Desembargadores da 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por unanimidade de votos, **CONHECER DO RECURSO EM COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DA PARTE**, assim como das respectivas contra-razões. No mérito, por igual votação, **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO EM COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DA RÉ**, nos termos da fundamentação.

Custas inalteradas.

Intimem-se.

Curitiba, 12 de fevereiro de 2009.

ENEIDA CORNEL

Relatora

JANDAIA DO SUL

Produtores rurais recebem curso sobre aplicação de agrotóxicos

Empregados e produtores rurais de Jandaia do Sul receberam um curso sobre aplicação de agrotóxicos, Costal Manual. O curso serve para atender os requisitos da Norma Regulamentadora (NR) 31, que diz que o empregador deve proporcionar capacitação sobre prevenção de aci-

dentos com agrotóxicos a todos os trabalhadores expostos diretamente. O curso foi realizado nos dias 9, 10 e 11 em uma parceria entre o Sindicato Rural de Jandaia do Sul e o SENAR-PR. E foi aplicado pela instrutora do SENAR-PR Elisângela Cristina Caparoz na sede do sindicato.



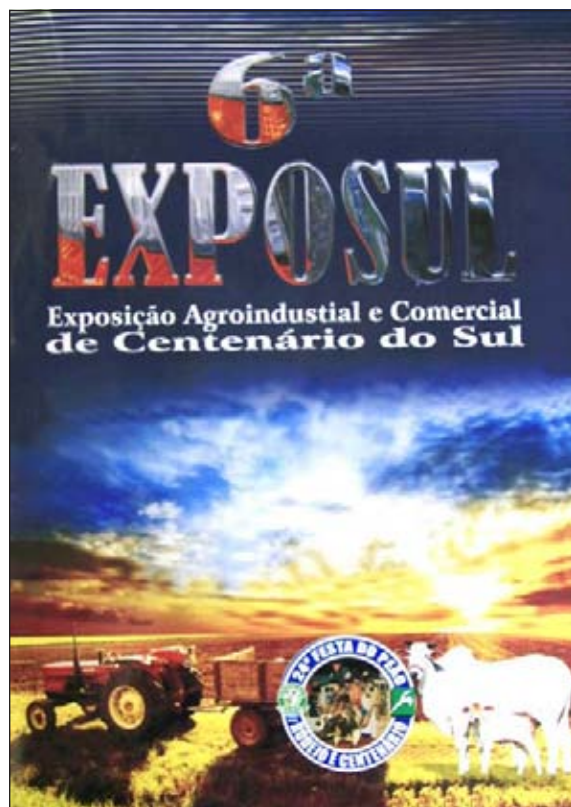
Jovem Agricultor Aprendiz em Cornélio Procópio



Aconteceu em Cornélio Procópio, nas dependências do Sindicato Rural, o Programa Jovem Agricultor Aprendiz. A turma foi direcionada pelo Instrutor Ricardo Ferreira Pedrosa de Almeida do SENAR-PR.

CENTENÁRIO DO SUL

Sindicato promove a 6ª Exposul com expectativa de 15 mil visitantes



O Sindicato Rural de Centenário do Sul realizará entre os dias 16 e 20 de abril a 6ª Exposul Exposição Agroindustrial e Comercial de Centenário do Sul. O evento contará com diversas atrações, o público terá oportunidade de assistir palestras sobre fruticultura, café, pecuária, bovinocultura de leite e meio ambiente.

Sobre o meio ambiente a técnica da FAEP Carla Beck tratará de assuntos como Reserva Legal, Mata Ciliar e alternativas econômicas de cultivos florestais. Está programado um leilão de animais, com aproximadamente 450 cabeças de gado para negócio. O público também terá a sua disposição exposições de produtos da região.

A previsão é de que quinze mil pessoas prestigiem o evento, que terão ainda diversos shows musicais. Ente eles a dupla sertaneja Teodoro e Sampaio e o grupo Tradição. A 6ª Exposul é uma realização do Sindicato Rural de Centenário do Sul com apoio do Sistema FAEP.


PARCERIA

Sabáudia promove curso de jardineiro e olericultura para alunos da APAE

Professores e alunos da APAE de Sabáudia participaram de um curso de jardineiro e olericultura orgânica. Promovido pelo Sindicato Rural de Sabáudia em parceria com o SENAR-PR e com aulas ministradas pela instrutora do SENAR-PR Tânia Almeida. Ao todo foram treze participantes que de dois a seis de março, receberam aulas sobre como tratar e cultivar jardins e cultivo de hortaliças orgânicas. O conteúdo das aulas poderá ser aproveitado na própria APAE.



INDICADORES ECONÔMICOS

INDICADORES ECONÔMICOS										
										
Mês/Ano	TR (*)	IGP-DI FGV	IGP-M FGV	IPC FIPE	IPCA IBGE	INPC IBGE	TAXA SELIC	VARIAÇÃO CAMBIAL	TJLP-ANUAL (**)	
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	
Acumulado no ano de 2006	2,0377	3,80	3,85	2,54	3,14	2,81	15,08	-8,66	6,85	
Acumulado no ano de 2007	1,4453	7,90	7,75	4,37	4,46	5,16	11,85	-17,15	6,25	
2008	Janeiro	0,1010	0,99	1,09	0,52	0,54	0,69	0,93	-0,62	6,25
	Fevereiro	0,0243	0,38	0,53	0,19	0,49	0,48	0,80	-4,38	6,25
	Março	0,0409	0,70	0,74	0,31	0,48	0,51	0,84	3,91	6,25
	Abril	0,0955	1,12	0,89	0,54	0,55	0,64	0,90	-2,48	6,25
	Maio	0,0736	1,88	1,61	1,23	0,79	0,96	0,88	-4,48	6,25
	Junho	0,1146	1,89	1,98	0,96	0,74	0,91	0,96	-2,30	6,25
	Julho	0,1914	1,12	1,76	0,45	0,53	0,58	1,07	-1,59	6,25
	Agosto	0,1574	-0,38	-0,32	0,38	0,28	0,21	1,02	4,33	6,25
	Setembro	0,1970	0,36	0,11	0,38	0,26	0,15	1,10	17,13	6,25
	Outubro	0,2506	1,09	0,98	0,50	0,45	0,50	1,18	10,50	6,25
	Novembro	0,1618	0,07	0,38	0,39	0,36	0,38	1,02	10,30	6,25
	Dezembro	0,2149	-0,44	-0,13	0,16	0,28	0,29	1,12	0,17	6,25
Total do ano	1,6348	9,11	9,81	6,17	5,90	6,48	12,48	31,94	6,25	
2009	Janeiro	0,1840	0,0100	-0,4400	0,4600	0,4800	0,6400	1,0500	-0,2700	6,2500
	Fevereiro	0,0451	-0,1300	0,2600	0,2700	0,5500	0,3100	0,8600	2,0800	6,2500
	Total do ano	0,2292	-0,1200	-0,1811	0,7312	1,0326	0,9520	1,9190	1,8044	6,2500
Acumulado nos últimos 12 meses	1,7403	7,4996	7,8531	6,1943	5,9023	6,2485	12,6818	41,3509	6,2500	

FONTES: IBGE, FGV, Banco Central, Receita Federal e Jornal O Estado de São Paulo

(*) = Considerada a taxa do primeiro dia de cada mês.

(**) = No acumulado, refere-se ao valor vigente.

MULHER ATUAL

Sindicato de Guarapuava reúne 150 mulheres do setor agropecuário

O Sindicato Rural de Guarapuava promoveu no dia 9 de março, no CTG Fogo de Chão, o Dia da Mulher Agropecuarista, com o lançamento do Programa Mulher Atual, desenvolvido pelo Sistema FAEP/SENAR-PR.

Segundo a representante da comissão feminina do Sindicato Rural de Guarapuava, Adriane Thives Araújo Azevedo, o objetivo deste Dia da Mulher Agropecuarista foi a valorização e o resgate da autoestima. “A programação visou ressaltar a importância da mulher do setor agropecuário, seja produtora rural, esposa de produtor rural, gerente de revenda ou proprietária de empresas”, comenta.

Cerca de 150 mulheres do setor agropecuário de Guarapuava, Cândói, Cantagalo, Reserva do Iguaçu, Pinhão, Pitanga e Foz do Jordão prestigiaram o evento. “Ficamos bastante satisfeitos com o público, já que esta foi a primeira edição do evento e pretendemos calendarizar o Dia da Mulher Agropecuarista como mais uma promoção do Sindicato Rural de Guarapuava”, informa o presidente da entidade, Cláudio



Cerca de 150 mulheres do setor agropecuário de Guarapuava, Cândói, Cantagalo, Reserva do Iguaçu, Pinhão, Pitanga e Foz do Jordão prestigiaram o evento

Marques de Azevedo.

Mulheres empreendedoras

A partir deste evento, a diretoria do Sindicato Rural pretende inserir a mulher dentro da entidade, através do Programa Mulher Atual. “O conjunto de temas que serão abordados no programa – autoconhecimento, sucessão familiar, adaptabilidade às mudanças, gestão da propriedade, educação continuada, associativismo e sindicalismo - permi-

tirá que as mulheres reconheçam a importância da sua inserção no mercado de trabalho e da melhoria de sua qualidade de vida. Queremos ainda despertar a consciência da mulher sobre sua importância na sociedade atual e reforçar suas competências e habilidades para novos desafios. O objetivo final é a formação de mulheres empreendedoras”, comenta Adriane. Com informações do Sindicato Rural de Guarapuava.

A diretoria do Sindicato Rural pretende inserir a mulher dentro da entidade, através do Programa Mulher Atual

MARINGÁ

Sindicato Rural cria Comissão de Mulheres

Pioneiro na valorização feminina, o Sindicato Rural de Maringá criou a Comissão de Mulheres visando incentivar uma maior participação do segmento feminino nas decisões de interesse da propriedade rural. A Comissão de Mulheres vai intensificar as ações voltadas ao aperfeiçoamento da classe profissional. Ela também servirá de foro de análise, estudos, pesquisas, treinamentos, debates, sugestões e assessoramentos. A proposta é intensificar a integração da mulher produtora rural,

bem como das esposas, filhas e noras de produtores rurais.

Promover cursos, palestras, congressos, reuniões, debates, bem como o intercâmbio junto às diversas comissões dos demais sindicatos rurais patronais, visando trocas de experiências, vão ser, ainda, atribuições da Comissão das Mulheres Rurais.

Compartilhar decisões - As mulheres associadas ao Sindicato Rural de Maringá já promoveram, na cidade, encontro com mais de mil participantes no qual foram debatidas al-

“A mulher rural precisa estar sempre ao lado do empreendedor”

ternativas para uma maior participação feminina nas decisões de interesse da propriedade rural.

“A mulher rural precisa estar sempre ao lado do empreendedor e com ele compartilhar o dia a dia da atividade. Não existe mais espaço para o machismo no meio rural. Ela, inclusive, necessita estar capacitada para assumir a condução de negócio caso seja necessário,” afirma José Antônio Borghi, presidente do Sindicato Rural de Maringá. Com informações do Sindicato Rural.

ANÁLISE

Maria Silvia Digiovani

Maria Silvia Digiovani é engenheira agrônoma do DTE/FAEP

MILHO TRANSGÊNICO

O cultivo exige atenção redobrada do produtor

O Brasil é o terceiro maior produtor mundial de plantas geneticamente modificadas (transgênicas), a área de soja resistente a glifosato já atinge 14 milhões de ha.

A autorização para o cultivo de milho geneticamente modificado no Brasil é recente, as primeiras variedades foram liberadas para plantio em julho de 2007.

O carro-chefe dos transgênicos no Brasil foi a soja e por tratar-se de uma planta de autofecundação, ou seja, a polinização ocorre antes da abertura das flores, não exigiu maiores providências quanto à distância de instalação do campo transgênico de outro convencional. Na soja, a ocorrência de polinização cruzada, segundo a pesquisa especializada, é da ordem de 1%.

Já no caso do milho, que tem polini-

zação aberta e cruzada, o espaçamento entre lavouras convencional e transgênica deve ser rigorosamente observado, conforme a Resolução Normativa 04/07 da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNbio) que normatiza esta coexistência.

A resolução apresenta duas alternativas de espaçamento:

- 1) A distância deve ser no mínimo 100 metros entre uma lavoura de milho transgênico e outra lavoura de milho não-transgênico.
- 2) Também pode ser empregada uma distância de 20 metros entre os dois campos, desde que na área de milho transgênico sejam plantadas 10 linhas de milho convencional do mesmo ciclo e porte do transgênico, constituindo-se em bordadura que proteja toda linha de divisa.

As Penalidades

Os produtores que não observarem essas distâncias estão sujeitos às seguintes penalidades:

Prisão de um a dois anos (lei 11.105 de 24/3/2005); advertência; multas de R\$ dois mil a R\$ 1,5 milhão; interdição parcial ou total do estabelecimento, atividade ou empreendimento; perda ou suspensão da participação de financiamento de crédito oficial (decreto 5.591/2005).

A fiscalização e aplicação de penalidades compete aos órgãos e entidades de registro e fiscalização dos ministérios da agricultura e do meio ambiente.

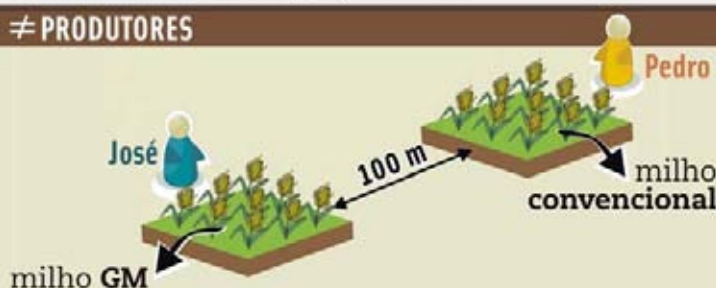
Considerando a estrutura fundiária das propriedades rurais paranaenses, os produtores poderão enfrentar dificuldades para o plantio do milho transgênico, ou até mesmo não poder plantar, caso seus vizinhos plantem milho convencional e a configuração de seu terreno (às vezes muito estreito) inviabilize a adequação à distância exigida das áreas vizinhas.

Ressalte-se que toda a responsabilidade de cumprir as normas de espaçamento recai sobre o produtor de transgênico.

Se ele implantar sua lavoura sem respeitar as regras e posteriormente o vizinho instalar uma lavoura de milho convencional o ônus será do plantador de transgênico que terá de providenciar o espaçamento de 100 metros da área convencional do vizinho, eliminando fileiras de plantas que correspondam a esta metragem. Isso se a lavoura ainda não floresceu. Se a irregularidade for detectada após o florescimento a área será embargada.

CULTIVO DO MILHO TRANSGÊNICO (GM) Alternativas de Espaçamento

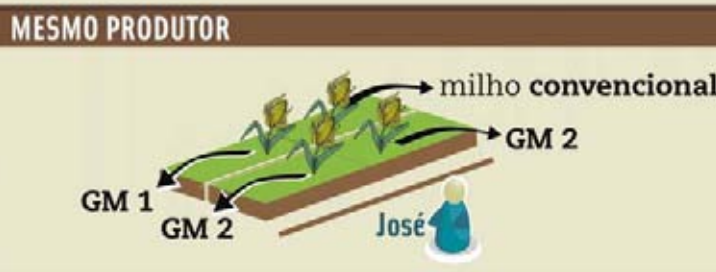
≠ PRODUTORES



≠ PRODUTORES



MESMO PRODUTOR



AGRINHO/2009

Material do programa começa a ser entregue na região sudoeste

No início do mês de março professores e alunos da região sudoeste receberam os materiais do Programa Agrinho. “O material do Agrinho é muito bom, tanto que passamos para que as escolas o utilizem nas aulas” disse a responsável pelo programa em Francisco Beltrão professora Dálgima Gasparino.

Os municípios de Ampére e Santa Isabel do Oeste já estão realizando oficinas com os educadores. Estas oficinas proporcionam a troca de experiências entre os professores e a possibilidade de desenvolver metodologias adaptadas às salas de aula. A secretária de educação de Santa Isabel do Oeste, Estela Miotto, acredita que o progra-



ma deve ser apresentado a todos os professores do município. “Estamos pensando em uma data para

que os professores do Estado também tenham acesso ao programa” conta.

Produtores de Campina da Lagoa recebem curso para organizar melhor a propriedade

Em fevereiro e março produtores rurais de Campina da Lagoa participaram do curso De Olho na Qualidade. Este curso buscou promover atividades práticas que serão úteis para os produtores organizarem melhor suas propriedades. As aulas

foram realizadas na sede do Sindicato Rural de Campina da Lagoa e propriedade da agricultora Francisca Aparecida dos Santos. O curso foi aplicado pela instrutora do SENAR-PR Joseane Luzia Granemann, que mostrou aos alunos que apenas o

fato de ferramentas e objetos serem colocados no seu devido lugar, facilita muito o dia-a-dia. O objetivo do curso é melhorar a qualidade de vida do produtor, através de prática simples de manter a organização na propriedade rural.



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> | |

Informação dada pelo porteiro ou síndico

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___

Em ___/___/___

Responsável